



2004/09/21

O NOVO LIVRO BRANCO DA DEFESA NA HOLANDA

Alexandre Reis Rodrigues

O Governo holandês divulgou, no passado mês de Julho, o novo Livro Branco da Defesa. Como é habitual trata-se de uma excelente descrição da sua política de defesa e do que se pretende que sejam as Forças Armadas; um texto muito claro e objectivo que não se perde em deambulações que nada adiantariam de útil.

O documento começa por reconhecer que, em muitas partes do mundo, há hoje mais instabilidade do que havia no passado e que a Holanda pretende manter uma política activa para combater essa situação, promovendo a paz e a segurança e tendo em conta a importância da observação do direito internacional, a preocupação pelo sofrimento humano e o combate às violações aos direitos humanos.

Dentro deste contexto, a Holanda pretende ter umas forças armadas de elevada qualidade, inteiramente expedicionárias e mais pequenas; as suas missões principais continuarão a incluir, como acontecia no passado, a defesa dos territórios nacional e aliado, a promoção da estabilidade e do direito internacional e, finalmente, a assistência às autoridades civis na manutenção da lei e da ordem e na assistência a calamidades e apoio humanitário, quer a nível nacional quer a nível internacional. Quando o interesse público assim o reconhecer, as forças armadas poderão ainda prestar apoio, com pessoal ou material, a diversos tipos de situações como o combate a fogos florestais ou a assistência à realização de grandes eventos nacionais.

Para participação em operações de manutenção da paz, o Governo pretende observar o princípio básico da existência de um mandato político de uma organização internacional (NATO, OSCE ou UE) e a aprovação prévia do Parlamento segundo a orientação estabelecida na Frame of Reference for Decision-making for the Deployment of Military Units Abroad .

O Departamento da Defesa, Forças Armadas incluídas, ocupa um total de 51000 militares e 17000 civis assim distribuídos: no Exército, 22000 militares e 8000 civis; na Marinha, 11000 e 4000 respectivamente; na Força Aérea, 11000 e 1700; no Royal Netherlands Marechaussee, 6000 e 500; finalmente, no Estado-Maior Central 1800 dos três ramos. O orçamento global é 7,7 mil milhões de euros.

A Marinha compreenderá 4 novas fragatas de defesa aérea e de comando (a entrar ao serviço a partir de meados de 2005 – os novos navios-chefe da esquadra – e com capacidade de ataque a alvos em terra com mísseis), 6 fragatas multivalentes (das 8 existentes, 2 serão abatidas em 2005), dois navios anfíbios (o segundo, que será aumentado ao efectivo em 2007 terá melhores capacidades de comando e controlo, podendo apoiar um estado-maior conjunto), 2 navios de reabastecimento, 4 submarinos (para manter a capacidade de “ver sem ser visto”), 19 caça-minas (cuja modernização está em curso), 21 helicópteros (a partir de 2007, os actuais Lynx serão substituídos pelo NH-90) e 6 batalhões de fuzileiros (3 de infantaria, 1 de apoio de combate, 1 de apoio logístico e 1 de apoio anfíbio).

No Exército, o Comando Operacional continuará a ter por mais algum tempo 4 brigadas, 1 aerotransportada e 3 mecanizadas. A aerotransportada – a 11ª – será mantida a 20 dias de prontidão e com 2500 efectivos divididos entre três batalhões de infantaria e companhias de apoio; os respectivos helicópteros pertencem à Força Aérea – grupo tático de helicópteros). As 3 brigadas mecanizadas (a 13ª, a 41ª e a 43ª) têm, presentemente, cada uma, 2 batalhões de infantaria – com viaturas blindadas – 1 batalhão de tanques, 1 batalhão de artilharia, 1 batalhão de engenharia, 1 esquadrão de reconhecimento e as unidades de apoio). Porém, dentro de alguns anos, a 43ª brigada será desfeita, revertendo as suas unidades prontas para as duas outras brigadas. Por razões orçamentais e para tornar mais flexível o seu emprego no exterior, estas brigadas estão num processo de remodelação que estará concluído em 2007, deixando-as com 3000 efectivos cada.

As forças de acções especiais, agrupadas no Commando Corps e com cerca de 400 efectivos, estão organizadas em quatro unidades, cada uma com a uma valência especializada (operações sobre a água, sobre terreno montanhoso, lançamentos de pára-quedas de alta altitude e contra terrorismo).

Os meios da Força Aérea podem ser agrupados em 4 conjuntos: o dos aviões de combate (presentemente 108 F-16, no futuro 90, com possibilidade de alternar imediatamente entre defesa

aérea e ataque e com capacidade de efectuar missões de reconhecimento); o dos helicópteros (os de combate e transporte – Apache AH-64D, Chinook CH-47D e Cougar Mk II - servem primariamente a brigada aerotransportada; alguns helicópteros podem ser usados em tarefas de serviço público, nomeadamente o Chinook e o Cougar , com possibilidades de serem utilizados no combate a fogos florestais); o dos aviões de transporte (KDC-10 que fazem também reabastecimento em voo, os C-130 Hercules , etc.) e o do armamento de precisão (sistemas de defesa aérea baseada em terra - Patriot e Stinger).

A organização superior da Defesa está num processo de remodelação que se espera ficar concluído em 2006. Os estados-maiores dos três ramos serão amalgamados num único mas os comandos operacionais manter-se-ão individualizados. O chefe do Estado-Maior da Defesa, com maiores atribuições no planeamento de defesa e do emprego de forças, é o responsável pelos comandos operacionais dos ramos e, no geral, é quem decide prioridades. Aos três comandos operacionais (Marinha, Exército e Força Aérea) cabe assegurar a disponibilidade dos meios e respectivo apoio, uma solução inovativa que foge aos esquemas que mais frequentemente são discutidos em Portugal. Os departamentos de material de cada ramo estão também a ser amalgamados numa única organização de Material; os comandantes operacionais despacharão, nesse âmbito, directamente com o Director do Material mas, de novo, cabe ao Chefe de Estado-Maior da Defesa resolver prioridades em conflito. Outra área que se encontra organizada para servir o conjunto dos três ramos é a do Apoio (Support Command), onde se concentram todas as actividades de apoio não directamente relacionadas com operações, excluídas também as de apoio logístico ao material dos ramos, por exemplo, para efeitos de manutenção; o responsável por esta organização que emprega 8500 militares e funcionários civis de todos os ramos, depende do secretário-geral do ministério.